



"Educação como prática de Liberdade":  
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)  
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

9686 - Resumo Expandido - Trabalho - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT14 - Sociologia da Educação

TRAJETÓRIAS ESCOLARES DOS ESTUDANTES VINCULADOS AO PROGRAMA  
BOLSA FAMÍLIA: UM OLHAR SOBRE A GARANTIA DO DIREITO À EDUCAÇÃO  
NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Polyana Lunelli - UFPR - Universidade Federal do Paraná

**TRAJETÓRIAS ESCOLARES DOS ESTUDANTES VINCULADOS AO PROGRAMA  
BOLSA FAMÍLIA: UM OLHAR SOBRE A GARANTIA DO DIREITO À  
EDUCAÇÃO NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL**

## RESUMO

Este artigo apresenta uma análise das trajetórias educacionais de estudantes vinculados ao Programa Bolsa Família (PBF), tomando seus percursos escolares como possíveis evidências da realização do direito ao acesso, permanência e conclusão da educação pública nos anos finais do ensino fundamental, bem como de acesso ao ensino médio. O estudo, com caráter quantitativo e longitudinal, definiu como coorte inicial os alunos vinculados ao PBF e matriculados no 6º ano do ensino fundamental em escolas situadas no município de Curitiba em 2013, a fim de acompanhar seus percursos entre os anos de 2013 e 2017, por meio dos dados do Sistema Presença. Os resultados apontam que o fato de ser um aluno vinculado ao PBF pode ser um importante fator de proteção das trajetórias escolares e de garantia de permanência no sistema de ensino com avanço entre as séries, indicando que 49,2% dos estudantes apresentam trajetórias contínuas. Quando considerada a porcentagem válida, excluindo os casos sem informação, esse percentual aumenta para 66,2%.

Palavras-chave: Trajetórias escolares. Estudo longitudinal. Programa Bolsa Família. Sistema Presença.

## Introdução

Este trabalho é fruto de dissertação de mestrado, cujo objetivo consiste em analisar as trajetórias educacionais de estudantes cujas famílias são beneficiárias do Programa de transferência de renda Bolsa Família, tomando seus percursos escolares como possíveis evidências da realização do direito ao acesso, permanência e conclusão da educação pública nos anos finais do ensino fundamental, bem como de acesso ao ensino médio. O estudo, com caráter quantitativo e longitudinal, definiu como coorte inicial os alunos vinculados ao Programa Bolsa Família e matriculados no 6º ano do ensino fundamental em escolas situadas

no município de Curitiba em 2013, a fim de acompanhar seus percursos entre os anos de 2013 e 2017.

Estudar as trajetórias educacionais, principalmente dos estratos mais pobres da população brasileira, implica em direcionar o olhar para o direito à educação e compreender a materialidade deste direito, de forma a analisar a realização dos princípios de igualdade e equidade educacional de forma complexa e articulada entre os múltiplos ideais de igualdade de oportunidades, de condições, de tratamento e de resultados em relação à oferta e realização da educação para todos os segmentos sociais.

Essas dimensões de realização do direito à educação – de acesso, condições, tratamento e de resultados - estão relacionadas ao campo da política educacional e o ultrapassam, instigando uma reflexão sobre o lento processo de expansão e democratização da escola pública e como o acesso à educação foi marcado por fortes desigualdades na história do Brasil, inviabilizando a inserção de grandes contingentes da população mesmo nos níveis mais elementares do ensino durante um longo período. As desigualdades educacionais no país podem ser percebidas, de acordo com Sampaio e Oliveira (2015, p. 512), “ora pelo não acesso ao sistema escolar, ora pela exclusão dentro do próprio sistema ou, ainda, pelo acesso a padrões diferentes de qualidade educacional”. É possível considerar ainda outras dimensões das desigualdades, como as relacionadas à conclusão das etapas da educação básica, ao desempenho do estudante e à aprendizagem dos conhecimentos escolares, entre outras.

Diante dessa realidade, compreende-se que o Programa Bolsa Família (PBF) foi criado como um mecanismo de redução da pobreza, combate à fome, acesso às políticas públicas essenciais e transferência direta de renda. Foi criado a partir da Lei nº 10.836 / 2004, regulamentado pelo Decreto nº 5.209 / 2004 e surgiu no auge da discussão sobre a necessidade de garantia de segurança alimentar às famílias brasileiras, mediante o cumprimento de condicionalidades que envolvem as políticas públicas da educação, saúde e assistência social. As contrapartidas do âmbito educacional envolvem a matrícula e frequência escolar mínima de 85% para crianças e adolescentes com idade entre 6 e 15 anos e de 75% para adolescentes com 16 e 17 anos.

Não faz parte deste trabalho a apresentação de uma discussão mais aprofundada sobre as contradições que envolvem o PBF, os limites do seu funcionamento, o questionamento sobre as condicionalidades estabelecidas pela política ou uma reflexão sobre as possíveis mudanças que produz sobre as condições de vida da população atendida. Os dados do PBF foram utilizados para analisar as trajetórias escolares de estudantes pobres, considerando a participação no programa como uma *proxy* de nível socioeconômico para identificar uma parcela vulnerável da população, historicamente excluída e submetida a desvantagens que se acumulam e se interpõem à realização do pleno direito à educação básica.

Com a finalidade de analisar as trajetórias educacionais de um grupo de estudantes vinculados ao PBF ao longo dos anos finais do ensino fundamental e sua inserção na etapa do ensino médio, identificou-se na metodologia quantitativa e longitudinal, a abordagem mais adequada para cumprir com os objetivos desta pesquisa. Para tanto, foram utilizados os dados obtidos por meio do Sistema de Informação do Acompanhamento da Frequência Escolar do Bolsa Família – Sistema Presença, um instrumento de gestão intersetorial que apresenta registros capazes de fornecer elementos consistentes para observar as trajetórias dos estudantes que compõem a coorte desta pesquisa. O estudo lança mão de recursos da estatística descritiva para apresentar análises acerca da distorção idade-série, transições entre as séries e anos escolares, frequência escolar e motivos de baixa frequência, fatores que podem incidir sobre os percursos dos alunos, revelando alguns aspectos pertinentes sobre o processo de escolarização dos mesmos.

O banco de dados inicia com 4.397 estudantes considerados ativos no Sistema Presença, que estavam em acompanhamento pelo PBF, matriculados no 6º ano do EF em escolas das redes municipal, estadual e privada situadas no município de Curitiba, representando 100% da coorte que compõe a pesquisa. Em 2017, este número reduz para 1.390 estudantes, apresentando um quantitativo de 3.007 alunos que deixam de ser monitorados pelo Sistema (também chamados de casos ausentes ou *missing*), o que significa que apenas 31,6% da coorte inicial se manteve até o final do período temporal analisado. Este aumento gradativo e contínuo do número de estudantes ausentes ou sem acompanhamento no Sistema Presença é um dos desafios enfrentados em pesquisas com caráter longitudinal, como explorado por SAFI (2015) em relação ao problema da atrição[1], o que pode limitar as possibilidades de análise e o acompanhamento dos casos. Contudo, mesmo com tais limitações referentes ao banco de dados, este estudo permitiu observar algumas características importantes acerca das trajetórias educacionais dos estudantes em situação de pobreza e extrema pobreza inseridos no Programa Bolsa Família.

### Trajетórias educacionais dos estudantes vinculados ao PBF no município de Curitiba

As categorias da variável de trajetória escolar foram sistematicamente revistas ao longo da pesquisa. A revisão de literatura já indicava a insuficiência na definição de apenas duas categorias dicotômicas para a análise (contínua X interrompida), em virtude da multiplicidade das situações encontradas nas vidas escolares dos estudantes acompanhados (BOF; OLIVEIRA; BARROS, 2018; PEREGRINO, 2010; CARRANO et. al., 2015). Em decorrência da diversidade de percursos escolares identificados durante as análises, foram construídas categorias que procuraram descrever com maior detalhamento essa diversidade das trajetórias observadas, conforme explicita o quadro 1.

Quadro 1 - Tipologia para descrição da variável “trajетória escolar”

CATEGORIA		DESCRIÇÃO
1	<b>Contínua ou Protegida</b>	Estudante apresentou matrícula nas séries que compõem a etapa do Ensino Médio (regular ou modalidade EJA)
2	<b>Interrompida com uma reprovação</b>	Estudante apresentou matrícula no 9º ano do EF, indicando uma reprovação durante o percurso escolar
3	<b>Interrompida com múltiplas reprovações</b>	Estudante apresentou matrícula no 8º ano do EF ou série anterior, indicando múltiplas reprovações ou experiências de fracasso escolar
4	<b>Educação de Jovens e Adultos</b>	Migração para a modalidade de ensino EJA - Ensino Fundamental
5	<b>Sem Informação</b>	Sem informação de série escolar

Fonte: Elaborado pela autora (2020) com base em Sistema Presença (2013 a 2017).

A tabela 1 exhibe os resultados acerca dos percursos escolares dos estudantes, contemplando os 1.390 casos da coorte que permaneceram em acompanhamento durante todo o período da pesquisa – 2013 a 2017. Aqui, verifica-se que foi possível acompanhar ao longo de todo o período 31,6% dos estudantes, ou seja, menos de um terço dos casos selecionados na composição da coorte.

Tabela 1 - Trajetórias escolares da coorte analisada a partir dos dados do Sistema Presença, Curitiba, 2013 a 2017.

SÉRIE / ANO / ETAPA	2013 (COORTE)	%	2014	%	2015	%	2016	%	2017	%	Categoria de trajetória	% por categoria	% casos com informação
Não informada			39	1,1	16	0,6	436	22,2	357	25,7	Sem Informação	25,7	0
Séries anteriores (Ensino Fundamental)			2	,1			3	,2	4	,4	Interrompida com múltiplas reprovações	7,3	9,8
5ª série Ensino Fundamental \ 6º ano EF	4397	100	2951*	85,4	358	13,1	61	3,1	18	1,3			
6ª série Ensino Fundamental \ 7º ano EF			438	12,7	695	25,5	78	4,0	18	1,3			
7ª série Ensino Fundamental \ 8º ano EF			17	,5	1560	57,3	201	10,2	61	4,4	Interrompida com uma reprovação	10,2	13,3
8ª série Ensino Fundamental \ 9º ano EF			4	,1	28	1,0	349	17,8	142	10,2	Educação de Jovens e Adultos (EF)	7,6	10,3
EJA Primeiro Segmento / EJA Semipresencial - Anos iniciais							31	1,6	26	1,9			
EJA Segundo Segmento / Anos finais / Projovem Urbano / EF não seriado / EJA Presencial e Semipresencial – EP (FIC)			4	,1	60	2,2	94	4,8	80	5,8	Continua ou Protegida	49,2	66,2
1ª série Ensino Médio					7	,3	613	31,2	253	18,2			
2ª série Ensino Médio							16	,8	329	23,7			
3ª série Ensino Médio							2	,1	9	,6			
EJA Médio / EM não seriado / EJA Presencial e Semipresencial – EP Nível médio / EM integrado não seriada							81	4,1	93	6,7			
Total válido	4397		3455		2724		1965		1390			1390 casos	1033 Casos
Ausentes no Sistema			942		1673		2432		3007		Ausentes no sistema	68,4	
TOTAL	4397		4397		4397		4397		4397			100	100

Fonte: Elaborado pela autora (2020) com base em Sistema Presença (2013 a 2017).

Nota: As células indicadas em azul representam uma trajetória contínua.

Ao analisar a coorte da pesquisa em seu período completo, observa-se que dentre o contingente de estudantes que permaneceu em acompanhamento no Sistema Presença (1390), 684 alunos estão inseridos na categoria de trajetória contínua ou protegida, o que representa 49,2% da porcentagem válida, ou seja, o percentual referente ao número de casos ativos e representa 15,6% dos estudantes que compuseram a coorte inicialmente. Isso significa que quase metade do grupo que permaneceu sendo acompanhado até 2017 apresentou trajetória escolar regular, atingindo a etapa do ensino médio, seja por meio do ensino regular ou da modalidade EJA. Mesmo que um contingente significativo dos estudantes tenha passado por reclassificações ou programas de correção do fluxo escolar – revelando que, ao final de 2017, 24,3% dos alunos haviam sido reclassificados para séries mais avançadas como a 2ª e 3ª séries do ensino médio, tais percursos foram considerados igualmente protegidos. Quando considerada a porcentagem válida, excluindo os casos sem informação no Sistema, os percentuais revelam que 66,2% dos estudantes vinculados ao PBF apresentam trajetórias escolares contínuas, o que pode ser considerado um contingente expressivo de alunos cujos percursos escolares mantiveram-se protegidos durante o recorte temporal analisado.

Entre as trajetórias interrompidas verifica-se uma multiplicidade de situações geradas pela não realização do direito à educação, com a permanência dos estudantes no Ensino Fundamental regular ou na Educação de Jovens e Adultos, sem a garantia de acesso ao Ensino Médio. Há ainda a situação de estudantes que permanecem sendo acompanhados pelo Sistema Presença, mas sem que a política pública acompanhe a série que frequenta. É possível supor que os estudantes para os quais não há informações suficientes para que seja possível acompanhar a trajetória escolar sejam aqueles que enfrentam as condições de maior desvantagem e que têm acesso às condições mais precárias de ensino, gerando, inclusive, falhas no sistema de informação.

Cabe, neste momento, abordar o princípio da igualdade de oportunidades aliado aos princípios de igualdade de condições e de resultados, defendidos por Rawls (2016), Atkinson (2015) e Dubet (2008) ao apontar a necessidade de tornar mais equitativas e menos desiguais as condições iniciais dos indivíduos, aumentando as oportunidades e alternativas dos grupos que apresentam alguma desvantagem ou desigualdade, investindo em melhores condições de qualidade de ensino e em estratégias para que todos alcancem sucesso na realização do direito à educação. Os estudantes apresentam diferentes posições de partida durante seus percursos, em razão de uma série de condições, e verifica-se que suas trajetórias também são diversas e perpassadas por desvantagens, fazendo com que alguns permaneçam ao longo de todo o período nas mesmas séries, enfrentando sucessivas reprovações, abandono, possível evasão do sistema escolar e desligamento do PBF.

Considera-se que os dados analisados permitem demonstrar a necessidade de estabelecer políticas públicas de proteção social que sejam estendidas à proteção escolar. A garantia do acesso à escola não se mostra suficiente para garantir a permanência, a aprendizagem, a conclusão das etapas de ensino obrigatório. Isso exige uma perspectiva ampliada de articulação entre múltiplos critérios de igualdade e equidade para que seja possível reconhecer e superar as desigualdades educacionais e sejam oferecidas estratégias capazes de produzir justiça no âmbito educacional.

### **Considerações finais**

As informações originárias do Sistema Presença indicam as potencialidades de uma base de dados ainda pouco explorada para a geração de indicadores sociais no Brasil, mesmo que apresente problemas em relação às informações capturadas. Esta plataforma digital possibilita a análise acerca da efetividade do direito à educação de uma parcela da população que, historicamente, foi excluída do processo de escolarização formal e, sobretudo, aponta algumas dimensões da violação do direito à educação que ainda não foram superadas na oferta escolar para estes grupos sociais.

As análises sobre as trajetórias escolares dos estudantes beneficiários do PBF durante o recorte temporal que envolve os anos de 2013 a 2017, revela que 49,2% dos alunos apresentam trajetórias contínuas durante o período em que se mantêm vinculados ao Programa. Quando considerada a porcentagem válida, excluindo os casos sem informação, esse percentual aumenta para 66,2%. Isso pode ser um indicativo do poder de proteção do PBF em relação às trajetórias escolares, uma vez que, historicamente, os estudantes mais pobres convivem com situações ainda mais agudas de fracasso escolar.

### **Referências**

ATKINSON, Anthony B. **Desigualdade**: o que pode ser feito? São Paulo: LeYa, 2015.

BOF, A. M.; OLIVEIRA, A. S. de; BARROS, G. T. de F. Trajetória Escolar, aprendizagem e desigualdade no ensino fundamental no Brasil. In: BOF, A. M.; OLIVEIRA, A. S. D. (Ed.). **Cadernos de estudos e pesquisas em políticas educacionais**. Brasília: INEP, 2018.

CARRANO, P. C. R.; MARINHO, A. C.; OLIVEIRA, V. N. M. Trajetórias truncadas, trabalho e futuro: jovens fora de série na escola pública de ensino médio. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 41, 2015.

DUBET, François. **O que é uma escola justa?** A escola das oportunidades. São Paulo: Cortez, 2008.

PEREGRINO, Mônica. **Trajetórias desiguais**: um estudo sobre os processos de escolarização pública de jovens pobres. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

RAWLS, John. **Uma teoria da Justiça**. 4ª edição revista. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

SAFI, Mirna. A dimensão temporal dos fatos sociais: a pesquisa longitudinal. In: PAUGAM, Serge (coord.). **A Pesquisa Sociológica**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

SAMPAIO, G. T. C.; OLIVEIRA, R. P. de. Dimensões da desigualdade educacional no Brasil. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação** – v. 31, n. 3, p. 511 – 530, set. / dez. 2015.

---

[1] “Este termo designa a perda de observações ao longo do procedimento de coleta de dados” (SAFI, 2015, p. 258), o que pode ser entendido como a perda de indivíduos ao longo do período estabelecido ou o recorte temporal da pesquisa, impossibilitando o seu acompanhamento.